

Os Três Poderes e a Luta Por Direitos LGBT+

Há décadas, o movimento LGBT+ no Brasil se mobiliza para que toda pessoa seja reconhecida como sujeito de direitos, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero. Veja como o movimento atuou junto aos diferentes poderes da República para conquistar o direito ao casamento.



1

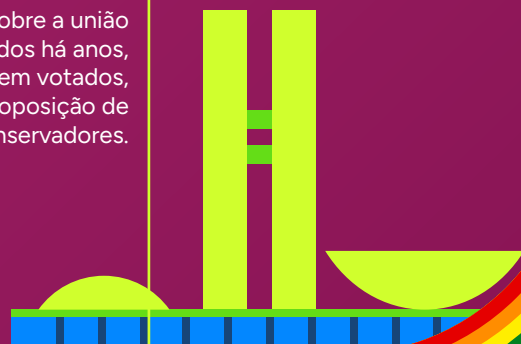
A Ação da Sociedade Civil

Grupos de defesa dos direitos LGBT+ começaram a surgir no Brasil no final dos anos 1970 e se articularam nacionalmente nos anos 1990, demandando o reconhecimento da sua existência sem discriminação ou violência além dos direitos humanos básicos. Entre eles, estava o reconhecimento legal de suas uniões, sem o qual perdiam outros direitos civis essenciais, como herança, pensão, previdência social, inclusão em planos de saúde e adoção de crianças.

Poder Legislativo

Apesar das demandas da sociedade civil, o Congresso Nacional iniciou o século 21 com projetos de lei sobre a união homoafetiva paralisados há anos, sem sequer serem votados, devido à forte oposição de setores conservadores.

2



3

Poder Judiciário

Diante da falta de apoio suficiente no Congresso, grupos e ONGs LGBT+ mobilizaram a opinião pública por meio de protestos, campanhas e pressão direta sobre o Estado.

Em 2011, o STF, respondendo a uma ação do estado do Rio de Janeiro, reconheceu que as uniões estáveis entre casais do mesmo sexo têm os mesmos direitos das uniões heterossexuais, garantindo um direito fundamental.

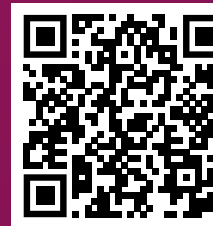
4

Poder Executivo

Após a decisão do STF, o Poder Executivo acatou a nova interpretação da lei e passou a colocá-la em prática. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um órgão do Judiciário, publicou em 2013 uma resolução determinando que nenhum cartório do Brasil poderia recusar a celebração do casamento civil de pessoas do mesmo sexo.



Acesse a
Linha do Tempo
sobre Direitos
LGBT+ no Brasil



FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

OS TRÊS PODERES, SEUS FREIOS E CONTRAPESOS

PODER EXECUTIVO

Tem a função de administrar o país, governar e executar as leis. É representado pelo presidente da República, pelos governadores e pelos prefeitos.



LEGISLATIVO

Responsável por elaborar, discutir e aprovar as leis, além de fiscalizar o Poder Executivo, composto, em nível federal, pelo Congresso Nacional (Câmara e Senado).

JUDICIÁRIO

Tem a função de interpretar e aplicar as leis, julgar conflitos e proteger os direitos dos cidadãos, garantindo a supremacia da Constituição.

UMA SIGLA EM TRANSFORMAÇÃO

A nomenclatura do movimento é uma tentativa de traduzir a identidade de um grupo composto por várias comunidades com demandas diferentes, e o termo continua em constante transformação, demonstrando a própria ampliação do movimento.



Identities e
orientações não
representadas
entre as letras

Atividade educativa: Direitos LGBT e o Papel dos Três Poderes

Naveguem a
Linha do Tempo
sobre Direitos
LGBT+ no Brasil



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Você viu no infográfico sobre o processo de legalização do casamento homoafetivo no Brasil um exemplo de como a sociedade civil organizada pode influenciar mudanças, e de como a República Federativa do Brasil é organizada a partir da separação de três poderes independentes, que se fiscalizam mutuamente, assegurando que o poder não se concentre em uma única esfera e que os direitos dos cidadãos sejam protegidos.

Agora, vamos mergulhar na história recente do Brasil para entender como esse sistema funciona na prática para garantir o direito das minorias.



ETAPA 1: ANÁLISE DO INFOGRÁFICO

Individualmente ou em grupo, sublinhem ou anotem as ações de cada poder da República e respondam juntos às seguintes perguntas:

- Qual é a principal demanda do movimento LGBT+ em relação ao Estado?
- Qual Poder se destacou na resposta? Com base em quê?
- Houve tensão entre Poderes? Como foi resolvida?

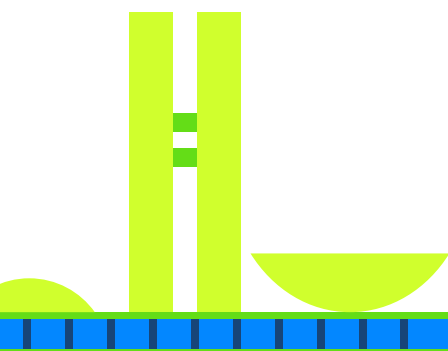
ETAPA 2: PESQUISA E EXPLORAÇÃO DIRECIONADA

Agora, vamos aprofundar nosso conhecimento sobre o contexto histórico e a luta por direitos explorando a Linha do Tempo "Direitos LGBT+" no site da Fundação FHC.

Link: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/direitos-lgbtqia/>

Naveguem pela linha do tempo e busquem informações sobre os seguintes eventos:

- A primeira Parada do Orgulho LGBT+ no Brasil.
- A criminalização da homofobia e transfobia pelo STF.
- O reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo pelo STF.



ETAPA 3: DEBATENDO OS TRÊS PODERES E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Agora, a turma se reunirá para um grande debate mediado pelo professor para tratar das seguintes questões:

- Para que serve termos três poderes diferentes (Legislativo, Executivo e Judiciário)?
- De que formas o Legislativo, o Executivo e o Judiciário se complementam na proteção de direitos e na criação de políticas públicas?
- Quando o Judiciário decide em temas em que o Legislativo é omissor, quais as vantagens e os riscos para a democracia?
- Por que a mobilização da sociedade civil foi importante para que os poderes públicos agissem?
- Qual a importância do sistema de freios e contrapesos para as minorias sociais?



Os Três Poderes e a Luta Por Direitos LGBT+

Há décadas, o movimento LGBT+ no Brasil se mobiliza para que toda pessoa seja reconhecida como sujeito de direitos, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero. Veja como o movimento atuou junto aos diferentes poderes da República para conquistar o direito ao casamento.

→
Acesse a
Linha do Tempo
sobre Direitos
LGBT+ no Brasil



FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO



1

A Ação da Sociedade Civil

Grupos de defesa dos direitos LGBT+ começaram a surgir no Brasil no final dos anos 1970 e se articularam nacionalmente nos anos 1990, demandando o reconhecimento da sua existência sem discriminação ou violência além dos direitos humanos básicos. Entre eles, estava o reconhecimento legal de suas uniões, sem o qual perdiam outros direitos civis essenciais, como herança, pensão, previdência social, inclusão em planos de saúde e adoção de crianças.

Poder Legislativo

Apesar das demandas da sociedade civil, o Congresso Nacional iniciou o século 21 com projetos de lei sobre a união homoafetiva paralisados há anos, sem sequer serem votados, devido à forte oposição de setores conservadores.

2

3

Poder Judiciário

Diante da falta de apoio suficiente no Congresso, grupos e ONGs LGBT+ mobilizaram a opinião pública por meio de protestos, campanhas e pressão direta sobre o Estado.

Em 2011, o STF, respondendo a uma ação do estado do Rio de Janeiro, reconheceu que as uniões estáveis entre casais do mesmo sexo têm os mesmos direitos das uniões heterossexuais, garantindo um direito fundamental.

4

Poder Executivo

Após a decisão do STF, o Poder Executivo acatou a nova interpretação da lei e passou a colocá-la em prática. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um órgão do Judiciário, publicou em 2013 uma resolução determinando que nenhum cartório do Brasil poderia recusar a celebração do casamento civil de pessoas do mesmo sexo.



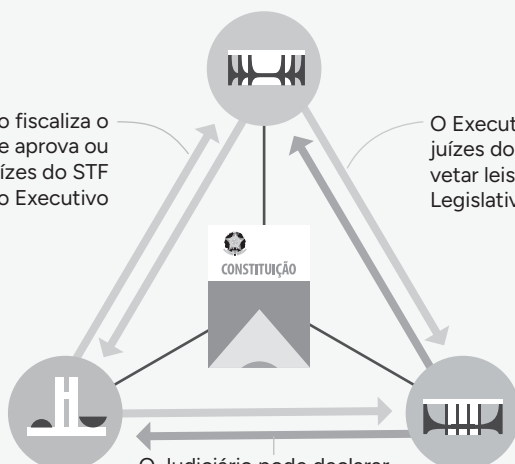
OS TRÊS PODERES, SEUS FREIOS E CONTRAPESOS

PODER EXECUTIVO

Tem a função de administrar o país, governar e executar as leis. É representado pelo presidente da República, pelos governadores e pelos prefeitos.

O Legislativo fiscaliza o Executivo e aprova ou reprovaa os juizes do STF nomeados pelo Executivo

O Executivo nomeia os juizes do STF e pode vetar leis propostas pelo Legislativo



LEGISLATIVO

Responsável por elaborar, discutir e aprovar as leis, além de fiscalizar o Poder Executivo, composto, em nível federal, pelo Congresso Nacional (Câmara e Senado).

JUDICIÁRIO

Tem a função de interpretar e aplicar as leis, julgar conflitos e proteger os direitos dos cidadãos, garantindo a supremacia da Constituição.

UMA SIGLA EM TRANSFORMAÇÃO

A nomenclatura do movimento é uma tentativa de traduzir a identidade de um grupo composto por várias comunidades com demandas diferentes, e o termo continua em constante transformação, demonstrando a própria ampliação do movimento.



Atividade educativa: Direitos LGBT e o Papel dos Três Poderes



Naveguem a
Linha do Tempo
sobre Direitos
LGBT+ no Brasil



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Você viu no infográfico sobre o processo de legalização do casamento homoafetivo no Brasil um exemplo de como a sociedade civil organizada pode influenciar mudanças, e de como a República Federativa do Brasil é organizada a partir da separação de três poderes independentes, que se fiscalizam mutuamente, assegurando que o poder não se concentre em uma única esfera e que os direitos dos cidadãos sejam protegidos.

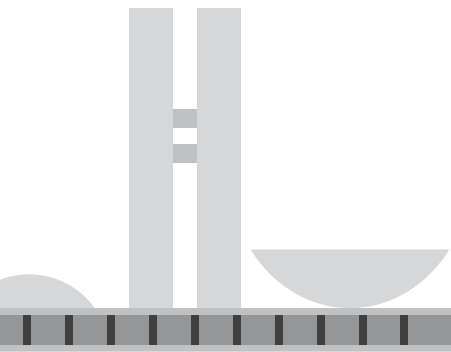
Agora, vamos mergulhar na história recente do Brasil para entender como esse sistema funciona na prática para garantir o direito das minorias.



- ETAPA 1: ANÁLISE DO INFOGRÁFICO**
Individualmente ou em grupo, sublinhem ou anotem as ações de cada poder da República e respondam juntos às seguintes perguntas:
- Qual é a principal demanda do movimento LGBT+ em relação ao Estado?
 - Qual Poder se destacou na resposta? Com base em quê?
 - Houve tensão entre Poderes? Como foi resolvida?

ETAPA 2: PESQUISA E EXPLORAÇÃO DIRECIONADA
Agora, vamos aprofundar nosso conhecimento sobre o contexto histórico e a luta por direitos explorando a Linha do Tempo "Direitos LGBT+" no site da Fundação FHC.
Link: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/direitos-lgbtqia/>

- Naveguem pela linha do tempo e busquem informações sobre os seguintes eventos:**
- A primeira Parada do Orgulho LGBT+ no Brasil.
 - A criminalização da homofobia e transfobia pelo STF.
 - O reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo pelo STF.



ETAPA 3: DEBATENDO OS TRÊS PODERES E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL
Agora, a turma se reunirá para um grande debate mediado pelo professor para tratar das seguintes questões:

- Para que serve termos três poderes diferentes (Legislativo, Executivo e Judiciário)?
- De que formas o Legislativo, o Executivo e o Judiciário se complementam na proteção de direitos e na criação de políticas públicas?
- Quando o Judiciário decide em temas em que o Legislativo é omissor, quais as vantagens e os riscos para a democracia?
- Por que a mobilização da sociedade civil foi importante para que os poderes públicos agissem?
- Qual a importância do sistema de freios e contrapesos para as minorias sociais?

